

SOBRE O LUGAR DO ACENTO DE PALAVRA EM UMA TEORIA FONOLÓGICA

GLADIS MASSINI-CAGLIARI
Pós-Graduação/IEL-UNICAMP

1. INTRODUÇÃO

Por ser um dos problemas clássicos da fonologia do português, o estudo do fenômeno do acento de palavra, em nossa língua, já foi alvo de diversas abordagens, tanto na linha estruturalista, como na linha gerativista (incluindo os estudos dentro das chamadas fonologias não-lineares que, em essência, continuam a ser gerativistas). Mas, embora tendo sido estudado de todas essas maneiras, ainda não é tranquilo, para todos os fonólogos, dizer em que parte da descrição da nossa língua entra o acento ou, em outras palavras, apontar qual é o lugar do acento de palavra em uma descrição fonológica do português.

Teoricamente, existem dois lugares possíveis para o acento dentro de uma teoria fonológica:

1. considerá-lo no **léxico**;
2. considerá-lo como **regra pós-lexical**.

Pode-se dizer que o acento de palavra é atribuído no **léxico** quando uma das hipóteses seguintes for verdadeira:

- i. quando for possível mostrar que regras morfológicas ou regras fonológicas lexicais precisam de informação sobre a localização do acento de palavra;¹
- ii. quando a localização do acento for inteiramente imprevisível.

Por outro lado, quando a localização do acento for totalmente previsível (e se não se tratar do caso descrito em (i)), pode-se dizer que o acento de palavra é atribuído por uma **regra pós-lexical**.

Até os dias de hoje, a fonologia do português tem explorado principalmente esta última opção, que foi a preferida pelo modelo gerativo padrão.

Pela possibilidade teórica de existência de dois lugares para o acento dentro de uma teoria fonológica, o objetivo do presente trabalho será o de investigar algumas

¹ Neste caso, mesmo sendo lexical, o acento poderia ser atribuído através de regras, como será mostrado adiante.

vantagens e desvantagens dessas duas posições teóricas em relação a uma descrição do português.

2. UMA ABORDAGEM ESTRUTURALISTA

Como, na época do estruturalismo, os níveis componentes da língua não eram concebidos tal qual o são depois do advento do gerativismo, não faz sentido questionar-se se os estruturalistas consideravam o acento como atribuído no léxico ou por regra. Mas, por outro lado, faz sentido verificar qual a abordagem do acento do português dada pelos estruturalistas, em busca de evidências que favoreçam a solução da questão colocada no item 1.

Uma das melhores descrições estruturalistas do acento do português é a de Mattoso Câmara (1970).

Para Câmara Jr. (1970: 63), "o acento em português tem tanto a função distintiva quanto a delimitativa, na terminologia de Troubetzkoy". Pode ser classificado como distintivo, já que existem palavras na língua que só se distinguem pela posição da sílaba tônica - "jaca" x "jacá"; "cáqui" x "caqui"; "fábrica" x "fabrica", etc (pp. 64-65). Já a sua função delimitativa opera da seguinte maneira:²

"No registro formal da pronúncia padrão do português do Brasil há a rigor uma pauta acentual para cada vocábulo. As sílabas pretônicas, antes do acento, são menos débeis do que as postônicas, depois do acento. Se designarmos o acento, ou tonicidade, por 3, em cada vocábulo, temos o seguinte esquema:

... (1) + 3 + (0) + (0) + (0)

*indicando os parênteses a possibilidade de ausência de sílaba átona (nos monossílabos tônicos) e as reticências um número indefinido de sílabas pretônicas.*³ (p. 63)

Ora, para que seja possível afirmar que o acento possui uma **função distintiva**, é preciso que ele funcione exatamente como os fonemas dentro da descrição da língua: as palavras possuem uma forma segmental, formada por fonemas, que tem a função de distinguir as palavras umas das outras; como o acento, no português,

² Para uma avaliação acústica dos diferentes pesos das sílabas tônica, pretônica(s) e postônica(s), no português, veja Massini (1991, 1992) e Massini-Cagliari (1992).

³ Mattoso Câmara reserva o algarismo 2 para indicar acento secundário, "numa sequência de vocábulos sem pausa" (grupo de força):

/abilidadi/ - hábil idade

2 0 1 3 0

/abilidadi/ - habilidade

1 1 1 3 0

também pode distinguir palavras, ele poderia ser considerado no mesmo nível dos fonemas, na sua função distintiva.⁴

Especulando sobre a função distintiva atribuída por Câmara Jr. ao acento do português, poderia ser formulada a hipótese de que, para que o acento possuísse esta função de *distinguir* palavras entre si, ele teria que ser armazenado no **léxico**, juntamente com o conteúdo segmental. Esta hipótese firma-se no fato de que uma mudança na localização do acento na palavra - união de um conteúdo segmental (significante) com um conteúdo semântico (significado) - ou destrói a palavra (por perda de significado) ou cria uma palavra nova (por mudança de significado).

Ao contrário, se o acento é considerado uma regra, ele não pode ter uma função distintiva dentro da língua, pois será resultado da configuração segmental da palavra (como ocorre na fonologia gerativa) e será esta configuração que distinguirá uma palavra das outras e não o acento em si.

3. ABORDAGENS GERATIVISTAS

As abordagens gerativistas do fenômeno do acento no português sempre se viram obrigadas a trabalhar com dois componentes da Gramática na descrição: um componente abrangendo o léxico e um outro abrangendo as regras fonológicas (o componente fonológico, propriamente dito). Diante deste fato, as opções dos estudiosos eram duas:⁵

1. carregar o componente lexical, marcando o acento de cada palavra no léxico, aliviando, assim, o componente fonológico (diminuindo a quantidade de regras);
2. carregar o componente fonológico, atribuindo o acento a cada palavra por meio de regras, aliviando, assim, o componente lexical (subtraindo-lhe todo e qualquer tipo de informação prosódica).

Talvez por causa da influência dos modelos computacionais da época, com pouca capacidade de memória, ou talvez por reação ao estruturalismo, a teoria

⁴ É claro que isto não ocorre de uma maneira tão simples assim porque, para Mattoso Câmara, o acento possui ainda a sua outra função - a delimitativa. Por causa deste motivo e por ser um fenômeno prosódico que se sobrepõe às sílabas de uma palavra, é que não podemos dizer ingenuamente que o acento era um simples fonema, para Câmara Jr. Além disso, Mattoso Câmara sempre teve bem claro que o acento não poderia ser definido por si só, podendo ser definido apenas através das **relações** entre as sílabas, pois o define como:

"... é uma maior força expiratória, ou intensidade de emissão, da vogal de uma sílaba em contraste com as demais vogais silábicas." (1970: 63)

⁵ Neste momento, as opções dos estudiosos eram somente duas, porque o modelo gerativo que seguiam era o padrão, baseado em Chomsky & Halle (1968).

gerativista sempre considerou a segunda opção a mais elegante. Talvez por ter sido esta a opção teórica do trabalho de Chomsky & Halle (1968), todos os trabalhos sobre o português, na linha da teoria gerativa padrão, fizeram o mesmo.

A preocupação maior de todos esses trabalhos era sempre a mesma: formular regras a respeito da colocação do acento de palavra. E, de acordo com o que a gramática gerativa considerava mais relevante para a avaliação das descrições, quanto mais simples, quanto menor o número de regras e quanto menos símbolos utilizassem, melhor seriam as regras propostas.

O primeiro trabalho a respeito da acentuação do português sob a perspectiva teórica da fonologia gerativa foi o de Mateus (1975). As regras que formula para a colocação do acento são as seguintes:

REGRAS DE ACENTUAÇÃO:

Verbos:

$$V \rightarrow [+ac] / + [_] + C_0V (C_0V) C \#]$$

[Vb]

Nomes (e outros):

$$V \rightarrow [+ac] / [_] (G) C_0V C_0 \#$$

palavras agudas (oxítonas):

$$\left[\begin{array}{c} V \\ +A \end{array} \right] \rightarrow [+ac] / [_] C_0 \#$$

palavras esdrúxulas (proparoxítonas):

$$\left[\begin{array}{c} V \\ +E \end{array} \right] \rightarrow [+ac] / [_] C_0VC_0VC_0 \#$$

(p. 241)

Tendo sido criticada por suas regras não explicarem a colocação do acento nas palavras esdrúxulas (proparoxítonas) e agudas (oxítonas) - devendo estas serem marcadas no léxico por meio de diacríticos (+A e +E)⁶ - e, além disso, por não levar em conta a constituição morfológica das palavras em questão na formulação das regras, Mateus (1983) revê sua proposta, sob uma perspectiva que ela mesma chama de "fonologia gerativa revista/ampliada". Desta vez, levando em consideração a constituição morfológica das palavras, as regras de atribuição de acento que formula são as seguintes:

"Regra de acento de palavra (...):

⁶ "... não posso apresentar qualquer hipótese sobre a atribuição da acentuação às palavras agudas e esdrúxulas, limitando-me, por isso, a propor que estas formas sejam marcadas, em forma de base, com um diacrítico." (Mateus 1975: 202).

(3) Acentuar a última vogal do $\left. \begin{array}{l} \text{TEMA}_{[vb]} \\ \text{RADICAL} \end{array} \right\}$
 (p. 221)

Em outras palavras, em todas as categorias sintáticas o acento incidiria sobre a última vogal do constituinte da palavra que não contém fronteira de morfema - o RADICAL, nos nomes, nos adjetivos e em algumas formas verbais, e o TEMA, para a maioria das formas verbais. Entretanto, mesmo sob esta nova perspectiva, fica difícil ainda explicar a colocação do acento nas palavras proparoxítonas e nas formas do futuro e do condicional. A colocação do acento nas proparoxítonas ainda é resolvida através da colocação de diacríticos no léxico:

"Esses nomes e adjetivos, que não estão sujeitos à regra geral de acentuação, devem ser marcados no léxico como itens excepcionais ([+E]), aos quais se aplica a seguinte regra menor:

(4) Acentuar a penúltima vogal do RADICAL"

$\left[\begin{array}{l} \text{N, Adj} \\ +E \end{array} \right]$
 (pp. 222-223)

E, em relação ao futuro e ao condicional, o problema é resolvido admitindo-se fronteiras de morfema um pouco diversas das outras formas verbais:

"... as formas do futuro e do condicional divergem de todas as outras formas verbais pela existência de duas fronteiras de morfema seguidas que, por um lado, bloqueiam a actuação da regra (3), e por outro permitem a inserção de fronteiras de palavra com manutenção dos dois acentos primitivos. Esta proposta pode assim considerar-se um argumento de apoio à hipótese de que o futuro e o condicional são constituídos com o morfema do infinitivo." (p. 226)

No Brasil, tem-se o trabalho de Costa (1978) que, na primeira metade da sua Dissertação, apresenta uma abordagem do acento do português dentro da perspectiva da fonologia gerativa padrão e, na outra metade, apresenta uma abordagem alternativa, sob a perspectiva da fonologia gerativa natural.

Dentro da perspectiva gerativa padrão, esta autora também distingue dois tipos de regras de acentuação:

"É preciso ter claro que estamos considerando dois tipos diferentes nas regras de atribuição do acento. As que inserem o acento primário e secundário são regras cíclicas, e que para sua aplicação é preciso levar em conta vários tipos de informações fornecidas pelo componente sintático. As

regras de atribuição dos dois graus de atonicidade aplicam-se pós-ciclicamente, sendo bastante superficiais, pois já consideram a divisão silábica da representação fonética, e sua aplicação é bem mecânica, considerando apenas, dentro dos limites da palavra, qual é a posição da sílaba em relação à tônica." (p. 103)

No nível da palavra, as regras de atribuição do acento que formula são muito parecidas com as de Mateus (1975), podendo ser criticadas pelos mesmos motivos.

Assim, não contente com a sua análise na primeira metade do trabalho, ela mesma fornece uma alternativa dentro do modelo da fonologia gerativa natural, cujo passo maior em relação ao modelo de Chomsky & Halle é admitir e trabalhar com o conceito de sílaba. Em Costa (1978), a forma possível que ela sugere para a sílaba do português é a seguinte (usando os parênteses para indicar opcionalidade):

(C1) (C2) (G) V (C3) (C4)
(p. 136)

onde C = consoante
V = vogal
G = glide

A partir daí, as conclusões a que chega são as seguintes:

"Partindo da relação entre a estrutura silábica e acento, podemos afirmar o seguinte:

(a) o acento deve estar na última sílaba, caso essa seja forte.

(b) caso a última sílaba seja fraca, o acento deve estar na penúltima." (p. 143)

"Nos verbos, a análise que relaciona a posição do acento com os morfemas parece a única dentro do modelo da fonologia gerativa natural que é adequada para os dados do português." (p. 147)

Um outro trabalho sobre o acento do português, dentro da perspectiva da fonologia gerativa padrão, é o de Maia (1981a).

Em relação à regra de atribuição do acento às oxítonas, Maia (1981a) rejeita a solução tradicional do tipo SPE - que seria postular vogais finais na estrutura subjacente das palavras oxítonas terminadas em /N, l, r, s/, às quais se aplicaria a regra mais geral de acento do português, que atribui a proeminência à penúltima sílaba - por criar problemas com palavras absolutamente correntes do português (como, por exemplo, "vale", "frase", "fone", etc). A partir daí, Maia resolve o problema da atribuição de acento às oxítonas elaborando uma regra que atribui acento à última vogal do radical.

Com relação à atribuição do acento às palavras proparoxítonas no português, Maia (1981a: 86) apresenta uma solução própria, inspirada em Harris (1975, *apud* Maia 1981a):

*"... in nouns and adjectives, antepenultimate stress and certain morphologically determined cases of penultimate stress can be adequately handled by recourse to the lexical diacritic x, i.e. 'prestressed', or, in full, 'causing the preceding vowel to be stressed'."*⁷

Com o advento da fonologia não-linear, em particular a métrica - com a publicação do artigo de Liberman & Prince (1977) -, muda o enfoque da descrição do acento: de uma descrição linear, segmental, passa-se a uma descrição não-linear, que leva em conta vários níveis hierárquicos (segmentos, sílabas, pés, palavras fonológicas, etc.).

Em uma teoria como a fonologia métrica, a cadeia sonora não é um agrupamento linear de segmentos, mas uma estrutura que admite uma hierarquia dos constituintes. Em outras palavras, os segmentos são subordinados a um constituinte maior - a sílaba - que, por sua vez, também está subordinado a outros constituintes, de ordem prosódica.

Nesse sentido, a teoria métrica apresenta grandes avanços em relação à descrição do acento, principalmente quando se relaciona a descrição resultante da utilização dos parâmetros da teoria e a realidade fonética da realização do acento.

Examinando-se de perto esta relação que o modelo métrico estabelece entre a sílaba e o acento, pode-se dizer realmente que o que faltava a todos os modelos descritos anteriormente era um comprometimento maior com o que podia ser observado em relação à acentuação a nível fonético, no qual ela está intimamente ligada a padrões rítmicos.⁸ Nesse sentido, pode-se observar que a tentativa do modelo métrico - primeiro localizando o acento na sílaba como um todo e depois relacionando-o a níveis mais altos, de caráter rítmico - é bastante válida e significa um avanço em relação aos modelos anteriores.

Além disso, pode-se dizer que foram duas as grandes contribuições do modelo métrico:

a.) admitir a sílaba como constituinte acima dos segmentos (e a relação hierárquica que estes segmentos estabelecem entre si de acordo com a sua posição na

⁷ Dentre os grupos de sons tidos como "inacentuáveis" por Maia (1981a) em relação ao português estariam, por exemplo, /ʃk-/ ("fonética", "utópico", "mágica", "música", etc) e o /ʃm-/ do sufixo de superlativo "-íssimo" ("belíssimo", etc). Suas generalizações apresentam, entretanto, exceções.

⁸ Dentro da perspectiva do modelo gerativo padrão, quando se tentava qualquer ligação do acento a padrões rítmicos, as tentativas se resumiam a casos isolados, ou à formulação de regras que ficavam "desencaixadas" dentro de um modelo teórico do qual não são parte integrante os fenômenos prosódicos. É o caso da "regra de acento rítmico", formulada por Costa (1978: 117) para o português do Brasil.

sílaba - "onset" x "rhyme") e como unidade mínima onde se resolvem os fenômenos prosódicos;

b.) relacionar o estudo do acento com o ritmo.

Mas, embora a teoria métrica tenha apresentado grande avanços em relação à descrição fonológica do acento, relacionando-o a padrões rítmicos (conferindo, deste modo, maior adequação aos fenômenos fonéticos observáveis em relação ao acento e ao ritmo), o lugar do acento de palavra dentro da teoria fonológica não mudou com a fonologia métrica (ou com outras teorias não-lineares, com exceção da fonologia lexical), pois esta teoria parte das regras de acentuação formuladas pelo modelo gerativo padrão. Um exemplo disso é o fato de Liberman & Prince (1977), fundadores da teoria métrica, partirem das regras para acentuação do inglês formuladas por Chomsky & Halle (1968: 29-43, principalmente p. 35). O mesmo acontece com os trabalhos desenvolvidos mais recentemente pela teoria métrica - Hayes (1985), Hogg & McCully (1987), Goldsmith (1990) e outros.

Sob a perspectiva da fonologia métrica, dois trabalhos podem ser citados a respeito do acento (e do ritmo) do português - Maia (1981b) e Abaurre, Massini & Abreu (1990).

Maia (1981b) não deixa claro qual é a regra de atribuição de acento com a qual opera, mas, como parte de Liberman & Prince (1977) para a construção das suas árvores, temos motivos suficientes para concluir que está partindo de regras - provavelmente as formuladas em Maia (1981a) - e não do acento inserido no léxico.

O mesmo pode ser dito em relação a Abaurre, Massini & Abreu (1990) que, além de Liberman & Prince, partem também das propostas de Hogg & McCully (1987).

4. VANTAGENS E DESVANTAGENS

Como pôde ser observado, todos os trabalhos de descrição do português com base na fonologia gerativa padrão fizeram a atribuição do acento por meio de regras. Porém, todas as regras elaboradas para a acentuação do português possuíam sempre um grande número de exceções, que eram resolvidas através da marcação no léxico dessas palavras que não se encaixavam no padrão geral - como acontece com as regras de atribuição do acento às oxítonas e proparoxítonas de Mateus (1975), a regra de atribuição de acento às proparoxítonas em Mateus (1983), a regra de atribuição de acento às proparoxítonas em Maia (1981a) e as regras de atribuição de acento às proparoxítonas em Costa (1978).

Neste momento, surgia a questão: ora, se o número de palavras (exceções) que têm a sua atribuição de acento no léxico é enorme, como justificar que somente as que se encaixam na regra (embora sejam maioria) não devam ser também marcadas no léxico? Por extensão, chega-se à pergunta: existe mesmo uma regra?

Por este motivo, pode parecer, à primeira vista, que o acento deveria ser localizado no léxico. Mas considerar o acento no léxico, além de trazer uma série de

consequências para outras áreas da Linguística (como a Aquisição da Linguagem, Lexicologia e Lexicografia, reconhecimento de fala e produção de fala sintética, etc.), sem contar a própria Fonologia, faz com que não seja mais possível expressar a tendência a uma certa regularidade de acentuação que a língua, sem dúvida, apresenta:

- o acento não pode cair em qualquer sílaba da palavra, no português, ou seja, não é livre (só pode ser localizado em uma das últimas três sílabas);⁹
- a grande maioria das palavras do português são paroxítonas.¹⁰

Estando localizado no léxico, teoricamente o acento poderia ser livre (ou seja, ser localizado em qualquer sílaba da palavra). Mas não é nesse sentido que as tendências citadas acima apontam.

Sabe-se ainda pouco a respeito do léxico como componente da Gramática. E, para considerar o acento do português como localizado no léxico, seria necessário que este comportasse estas regularidades do acento da nossa língua. Em outras palavras, o léxico não poderia ser concebido apenas como um banco de dados não-estruturado (ou como "lata de lixo" para os problemas não-resolvidos), mas sim como um componente estruturado, capaz de aceitar ou rejeitar determinadas formas, para que o acento possa ser nele localizado.

No atual momento da fonologia, uma concepção de léxico estruturado desta maneira só pode ser encontrada dentro do modelo da fonologia lexical, que considera o léxico dividido em vários níveis, em que ocorrem os diversos processos de formação das palavras.

De acordo com Kiparsky (1982), o léxico encontra-se estruturado da seguinte forma: um componente de entradas lexicais não-derivadas e três níveis nos quais ocorreriam todas as derivações e composições. Ao primeiro nível pertenceriam as operações envolvendo as junturas do tipo "+", enquanto que os outros dois níveis se ocupariam principalmente das operações envolvendo junturas do tipo "#". No modelo de Kiparsky (1982: 133), o acento de palavra, em inglês, é atribuído no nível mais profundo do léxico.

⁹ Em alguns casos, poderia ser dito que o acento pode ser localizado na quarta sílaba, contando-se no sentido do fim para o início da palavra (ou seja, na ante-antepenúltima sílaba). É o caso de palavras como "rímico" e "técnic", por exemplo. Alguns estudiosos, para fazer com que estas palavras se encaixem na regra de colocação de acento das proparoxítonas, argumentam que a primeira sílaba dessas duas palavras, principalmente no português de Portugal, seria travada por uma oclusiva (não-seguida de vogal); essas palavras teriam, então, apenas três sílabas e seriam, portanto, proparoxítonas. Esta proposta tem, entretanto, o ônus de complicar a descrição dos padrões silábicos do português, que não possui sílabas travadas por consoantes oclusivas na sua forma de base (ou seja, as oclusivas não podem ocorrer em posição de "coda", dentro da "rima", nas sílabas portuguesas).

Por outro lado, estas palavras não poderiam sequer ser consideradas exceções quando se considera o acento como marcado já no léxico. Embora resolva o problema das palavras em questão e das proparoxítonas, marcar o acento no léxico não explica porque o acento só pode cair nas quatro últimas sílabas da palavra e não nas outras.

¹⁰ Uma generalização importante a ser feita a respeito das paroxítonas do português é a seguinte:
- todas as palavras cuja penúltima sílaba for pesada são paroxítonas.

A vantagem de se utilizar um modelo como o da fonologia lexical para a descrição do acento do português reside principalmente no fato de poder incorporar à descrição os fenômenos de formação de palavras aos quais, na nossa língua, a acentuação está intimamente ligada. É do conhecimento geral que todos os radicais portugueses são acentuáveis (isso não quer dizer que recebam acento sempre), ao passo que existem dois tipos de afixos na nossa língua - os que recebem acento no momento da formação das palavras e os que não recebem. Levando em consideração todos esses fatores, a fonologia lexical é o único modelo que permite a colocação do acento do português no léxico, sem, contudo, deixar de descrever as suas regularidades, ao considerar a constituição morfológica das palavras.

Existem, porém, contra-argumentos em relação à localização do acento de palavra do português no nível mais profundo do léxico. Como o momento de criação de novas palavras evidencia claramente os processos das línguas, o caso das palavras novas formadas a partir de siglas pode ser citado.

Há duas maneiras de se ler siglas, em português:

1. Quando é possível reconhecer na sigla uma estrutura do tipo CV ou algo semelhante, podem ser formadas novas palavras, lendo-se as sequências de consoantes e vogais seguindo as regras ortográficas do português. Neste caso, o acento será atribuído de acordo com as regras de acentuação gráfica do nosso sistema de escrita. É o caso de BANESPA, CONAR, FINASA, CACEX, UNITAU, IEL, etc.¹¹
2. Quando a sigla é formada principalmente só por consoantes ou por vogais e consoantes, mas em uma sequência que não pode ser reconhecida como semelhante a palavras do português, costuma-se ler os nomes das letras, formando uma espécie de nome composto, com o acento principal recaindo sobre o acento do nome da última letra. Alguns exemplos são FDE, CNPq, FNM, PT, PMDB, PDS, CD, TV, etc.

Há siglas que podem ser lidas das duas maneiras, como, por exemplo, INPS (que também pode ser lida como /'ɾpɨs/) e IFCH (que também pode ser lida como /i'fi ʃ i/).¹²

¹¹ Quando a última letra da sigla for uma consoante que não costuma "travar" sílabas (aparecer na posição de "coda") no português, costuma-se inserir uma vogal /i/ na leitura, após estas consoantes. É claro que, nesses casos, o acento tônico nunca poderá recair sobre a sílaba formada por esta vogal inserida. É o caso de UNICAMP, FAPESP, TELESP, FINEP, FEF, ABAC, SUNAB, PASEP, etc.

Podem ocorrer também casos em que uma vogal /i/ seja inserida entre duas consoantes na leitura de algumas siglas, para que o padrão das sílabas formadas pelo agrupamento de letras na escrita fique mais semelhante aos padrões silábicos do português. É o caso, por exemplo, de EPCAR e OVNI.

Estes dois tipos de inserção de /i/ poderiam ser considerados casos de *epêntese*. O que poderia ser motivo de discussão é o nível em que esta epêntese ocorreria: no léxico ou pós-lexicalmente. Para os casos apresentados, acredita-se que sejam exemplos de epêntese pós-lexical (fonética).

¹² O que ocorre na leitura de INPS e IFCH já foi explicado na nota anterior, em relação à sigla EPCAR.

Uma hipótese que poderia ser levantada a respeito das palavras formadas a partir de siglas¹³ e que favoreceria a atribuição do acento por regra, no português, é o fato de as palavras novas serem somente paroxítonas (quando a última sílaba for leve ou terminar por vogal seguida da letra "S") - FINASA, BANESPA, CAPES, por exemplo - ou oxítonas (quando a última sílaba da palavra for pesada) - CONAR, PROCON, DECON, IPEM, DETRAN, CACEX, por exemplo.¹⁴ Como o momento de criação de palavras novas pode evidenciar os processos da língua, o fato de as palavras novas derivadas de siglas seguirem os padrões acentuais do português pode ser um argumento a favor de considerar o acento, nessa língua, como atribuído por regra, não estando, portanto, marcado no léxico. Este seria um ótimo argumento, se não houvesse alguns problemas.

O primeiro fato que deve ser considerado em relação a este tipo específico de palavras é que elas não entram para a língua seguindo os mesmos caminhos que as outras palavras: elas sofrem um processo de criação inverso ao processo de criação da escrita de uma palavra. Historicamente, a criação da escrita é um fato bastante posterior à fala (e ainda hoje existem muitas línguas que não possuem escrita). Sendo assim, o problema, no momento da criação da escrita, é criar uma forma gráfica para as palavras que chegue, no momento da leitura, à sua forma oral. As siglas, ao contrário, nascem diretamente na sua forma escrita e passam para a língua, numa forma oral, através da leitura de sua forma ortográfica¹⁵. Além disso, sua leitura depende da leitura de quem as criou. Por exemplo, a sigla FINASA só é paroxítona por causa das regras ortográficas do português e não porque a sua última sílaba é leve. Para que fosse oxítona, seria necessário que a sua forma ortográfica fosse FINASÁ; da mesma maneira, para que fosse proparoxítona, sua forma ortográfica deveria ser FÍNASA.¹⁶

Um fato que reforça o argumento de que a pronúncia das siglas depende da sua forma ortográfica é a existência de siglas como CASSI (Caixa de Assistência - dos

¹³ Chamou-me a atenção para esta hipótese o Prof. Leo Wetzels, em comunicação pessoal.

¹⁴ A respeito das noções de sílaba pesada/sílaba leve, ver Costa (1978), que as denomina, respectivamente, sílaba forte/sílaba fraca.

¹⁵ A respeito da noção (técnica) de ORTOGRAFIA, ver Cagliari (1986).

¹⁶ Pode-se argumentar que o fato de as palavras geradas por siglas serem lidas conforme dita a ortografia (pela colocação ou não de acento gráfico) não acrescenta nada de novo à questão, uma vez que quem propõe as formas escritas das siglas *conhece e usa* as regras fonológicas do português. Por este motivo, a maioria das palavras novas geradas por siglas não teriam acento gráfico, na medida em que seguiriam o padrão geral - não-marcado (paroxítonas) - da língua.

Na minha opinião, o que este fato prova é, mais uma vez, a tendência geral da língua (oral) - o que não nega o fato de estas palavras estarem sendo lidas conforme dita a sua **ortografia** e não conforme a tendência principal da língua em relação ao acento (paroxítonas). Esta última hipótese pode ser comprovada através da existência de siglas com CASSI, FAFI e FEBEAPÁ (oxítonas).

funcionários do Banco do Brasil)¹⁷, que é oxítone não porque a sua última sílaba é pesada (pois não o é) e sim porque o sistema de escrita do português dita que palavras terminadas em "i" e "u" sem acento gráfico devem ser lidas como oxítonas.¹⁸

Um outro fato que reforça este argumento é a existência de siglas cuja forma ortográfica possui um acento gráfico. É o caso de PETROBRÁS e FEBEAPÁ.

Isto evidencia que a pronúncia da sigla depende, em parte, de quem a criou, da maneira como quem a criou gostaria que ela fosse lida. Por exemplo: Stanislaw Ponte Preta criou FEBEAPÁ (Festival de Besteiras que Assola o País) oxítone, mas poderia tê-la criado paroxítone (FEBEAPA) ou proparoxítone (FEBÊAPA); não poderia tê-la criado com o acento na ante-antepenúltima sílaba, porque o nosso *sistema de escrita* não o permite.¹⁹

O que isto prova é que o padrão acentual das palavras novas formadas por siglas deriva diretamente da forma ortográfica dessas siglas: uma vez que as siglas são escritas utilizando os mesmos recursos do nosso sistema de escrita, sua leitura seguirá as mesmas regras de decifração (de escrita) que as outras palavras da língua, inclusive no que diz respeito à acentuação (daí a importância da presença ou ausência do acento gráfico - que determina a posição do acento tônico na palavra). Como o nosso sistema de escrita só prevê palavras oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas, é claro que só vai haver siglas seguindo estes padrões acentuais.²⁰

Por outro lado, o fato de a pronúncia das palavras geradas a partir de siglas ser derivada da sua própria ortografia constitui um fenômeno a ser levado em conta em relação ao estudo das regras de acento do português, embora não prove diretamente que o acento seja atribuído por regras pós-lexicais, porque não é coincidência que estas palavras respeitem a "lei" da língua de não atribuir acento além da terceira sílaba, contando do fim para o início da palavra.

De acordo com o que foi dito no item 1 deste trabalho, esta "previsibilidade" do acento (que só pode cair nas três últimas sílabas da palavra), comprovada a partir

¹⁷ Muitas das palavras terminadas em /i/ e /u/ são oxítonas no português oral - provavelmente por influência dos empréstimos do tupi-guarani. Além disso, existem também muitas palavras com /a/ final acentuado. O que isto mostra é que é possível criar, nas siglas, acentuação menos frequente, mas *permitida* pelo sistema do português.

Este fato, porém, não é suficiente para descaracterizar o argumento de que as siglas são lidas de acordo com a sua **ortografia** e não de acordo com *regras fonológicas pós-lexicais* de atribuição do acento.

¹⁸ As únicas siglas por mim encontradas que não seguem as regras ortográficas para a localização do acento na sua pronúncia são SESI, ONU e OVNI.

¹⁹ O nosso *sistema de escrita* não pode permitir estruturas que não encontrem correspondentes na língua que representa, sob pena de não mais representá-la (Cagliari, 1987).

²⁰ Não pôde ser encontrada, entretanto, nenhuma ocorrência de siglas proparoxítonas (com acento gráfico) que pudesse ser citada no presente trabalho - a não ser o caso de OVNI, que é proparoxítone (por causa da epêntese que ocorre entre o V e o N) e segue a ortografia (no que diz respeito à acentuação tônica) de palavras como "ritmo" (também proparoxítone).

das palavras formadas por siglas, é um argumento indiscutível para considerá-lo como *regra*. O que é discutível, entretanto, é a localização desta regra dentro do modelo fonológico, ou seja, o momento da sua aplicação: no léxico ou pós-lexicalmente?

De acordo com Lee (1992) - que segue o modelo da fonologia lexical -, uma regra lexical, em oposição a uma regra pós-lexical, teria as seguintes características:

- a. pode referir-se à estrutura interna das palavras;
- b. não pode ser aplicada fora do nível da palavra;
- c. pode ser cíclica;
- d. se cíclica, está sujeita ao ciclo restrito;
- e. submete-se a "structure preserving";
- f. pode ter exceções lexicais;
- g. deve preceder todas as aplicações das regras pós-lexicais.²¹

Em relação à regra de acentuação do português, desde Mateus (1983), sabemos que a localização do acento leva em conta a estrutura morfológica da palavra.²² Sendo assim, este fato constitui um argumento no sentido de considerar o acento como uma *regra lexical*, uma vez que faz referência à estrutura interna da palavra, ao trabalhar com noções do tipo: RADICAL, TEMA, etc. Além disso, a regra de acento só pode ser aplicada no nível da palavra, o que também constitui um argumento a favor do acento como regra lexical.²³

Em relação à ciclicidade do acento, pode-se dizer que só existem evidências neste sentido em casos a respeito dos quais é difícil decidir se se trata de um único radical mais sufixos ou de um composto. É o que ocorre, por exemplo, nos diminutivos em "-zinho" e nos advérbios em "-mente":

[kafê]	[ziŋo]	[sɔ]	[méNte]
[kafezĩno]		[sɔ]	méNte]

O que prova a ciclicidade, nestes casos, é o fato de a qualidade vocálica das vogais [ɛ] e [ɔ] de "café" e "só" não mudarem quando estas palavras se juntam a "-zinho" e "-mente" - uma vez que, no português, [ɛ] e [ɔ] só podem ocorrer em posição tônica, a manutenção da qualidade vocálica destas vogais prova que elas já foram acentuadas em algum momento da derivação. Entretanto, para se saber se o acento do português é uma *regra cíclica* a nível da palavra, é necessário saber se palavras do tipo "cafezinho" ou "somente" são compostos ou se possuem apenas um radical. Se se considera que palavras desse tipo possuem apenas um radical, então o acento pode ser considerado cíclico no nível da palavra (o único problema, neste caso,

²¹ Lee (1992) cita a diferenciação de regras lexicais de pós-lexicais feita por Pulleyblank (1986).

²² Ver a regra de acento de palavra elaborada por Mateus (1983), já citada no presente trabalho.

²³ Uma prova disso é o fato de a colocação de clíticos não modificar a posição do acento. Ex.: disse-lhe, etc.

seria explicar porque o acento não se comporta desta maneira em relação a outros tipos de palavras). Se, por outro lado, as palavras acima forem consideradas compostas (também com base no comportamento do acento), então o acento deve ser considerado não-cíclico no nível da palavra. Sendo assim, a ciclicidade do acento no português deve ser estudada mais profundamente antes que possa constituir um argumento a favor do acento como regra lexical.

A questão das exceções às regras de atribuição de acento formuladas pelos estudiosos citados já foi apresentada e discutida. Em geral, a solução é marcar com um diacrítico, no léxico²⁴, todos os nomes proparoxítonos (na sua maioria, empréstimos do latim clássico que "retornaram" à língua tipicamente no período renascentista) e todos os casos de empréstimos do tupi e das línguas africanas que entraram posteriormente no português como oxítonas.²⁵

Marcar todas estas palavras no léxico em nome de uma regra maior (que atribui acento na penúltima sílaba) acaba sendo uma arma que se vira contra a pessoa que se armou: se há três tipos de palavras no português (quanto à acentuação) e se se marca dois deles no léxico, a simples ausência de marca no terceiro tipo de palavras já o marca também. Isso tudo acaba virando um contra-senso: a defesa do acento como regra (que cria a necessidade de marcar as palavras que não se encaixam a ela no léxico) acaba por transferi-lo de lugar, marcando sua localização, em cada palavra, no próprio léxico.

Por outro lado, quando se trabalha com a fonologia lexical, o fato de existirem algumas exceções à regra de atribuição do acento não é um problema: ele apenas reforça a hipótese de que o acento é atribuído por uma regra lexical, já que as regras pós-lexicais não devem possuir exceções.²⁶

Um último argumento a favor de considerar a atribuição do acento como regra lexical é o fato de ela dever *preceder* processos fonológicos pós-lexicais que dependem da localização do acento como um *a priori* para a sua aplicação.²⁷ Dentre

²⁴ Aqui, o *léxico* é concebido pelos autores citados como não-estruturado. Esta posição diverge da apresentada neste trabalho, que segue Kiparsky (1982).

²⁵ Além destes, existem vários outros casos de exceção, como "técnica" e "rítmico", citados anteriormente, e palavras como "tórax", "lápiz", etc.

²⁶ Um exemplo de regra pós-lexical (portanto, sem exceções) é a regra de palatalização de /t/ e /d/ diante de [i], independentemente do vocábulo em que se encontram as condições para aplicação desta regra, nos dialetos do português que realizam este processo.

²⁷ Por outro lado, poderia ser dito que a atribuição de acento é uma regra *pós-lexical* ordenada *antes* destas outras regras. Entretanto, o conjunto dos argumentos aqui apresentados (inclusive o fato de sua aplicação preceder a aplicação de regras pós-lexicais) indica que o acento do português deve ser considerado uma regra lexical.

estes processos, podem ser citadas a acentuação frasal e as regras de "Iambic Reversal".²⁸ Também fazem parte deste elenco as regras de "Degeminação" e "Elisão", no português, apresentadas por Bisol (1990).

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho quis mostrar que, teoricamente, existem dois lugares possíveis para o acento dentro de uma teoria fonológica: considerá-lo como atribuído por regras pós-lexicais, no componente fonológico, ou considerá-lo no léxico. Neste último caso, são duas as possibilidades: considerá-lo arquivado, para cada palavra, juntamente com o seu conteúdo segmental ou considerá-lo como atribuído por uma regra lexical. Estes lugares diferentes indicam diferentes caminhos para pesquisa, embora todos eles apresentem vantagens e desvantagens. No presente trabalho, consideramos a última das opções como sendo a mais vantajosa e correta para o português.

Este caminho - o de considerar o acento de palavra como inserido no léxico - é, sem dúvida, um bom assunto para pesquisa, principalmente dentro do modelo da fonologia lexical, embora enfrente o ônus de ter de conduzir, em paralelo, um estudo da própria natureza do léxico, o desafio de ter que transformar, em parte, o que se pensa sobre o léxico enquanto componente da Gramática, tendo que dotá-lo de estruturas capazes de exprimir regularidades, e o perigo de transformá-lo em apenas mais um componente de regras, paralelo ao fonológico.²⁹

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, M.B.M.; G. MASSINI & M.T. ABREU (1990) "A representação do ritmo linguístico em português: primeiras aproximações". Campinas: UNICAMP. (não-publicado).
- BISOL, L. (1990) "Degeminação e Elisão". Texto apresentado no IX Congresso Internacional da ALFAL. Campinas: IEL/UNICAMP. 06 a 10 de agosto de 1990.
- CAGLIARI, L.C. (1986) "A ortografia na escola e na vida". **Isto se aprende com o Ciclo Básico**. Projeto Ipê, Curso II, CENP-SE-SP, pp. 97-108.
- _____. (1987) "A Evolução da Escrita". in SCOZ, B.J.L. et alii (org.) **Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Artes Gráficas. pp.164-185.
- CÂMARA JR., J. Mattoso (1970) **Estrutura da Língua Portuguesa**. 15a. edição. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CHOMSKY, N. & M. HALLE (1968) **The Sound Pattern of English**. New York: Harper & Row.

²⁸ Para uma definição de "Iambic Reversal" e sua aplicação, ver Hogg & McCully (1987: 132-154). Não existem trabalhos a respeito da aplicação desta regra no português, mas acredita-se que, nesta língua, ela se aplique mais ou menos nos mesmos ambientes descritos para o inglês.

²⁹ Agradeço ao Prof. Dr. Leo Wetzels pelos comentários feitos à versão preliminar do presente trabalho.

- COSTA, I. Bemquerer. (1978) **O acento em português: estudo de algumas mudanças no modelo da Fonologia Gerativa**. Campinas: UNICAMP. (Dissertação de Mestrado).
- GOLDSMITH, J.A. (1990) **Autosegmental and Metrical Phonology**. Oxford/Cambridge, Ma.: Basil Blackwell.
- HAYES, B. (1985) **A metrical theory of stress rules**. New York/London: Garland Publishing. (revisão feita pelo próprio autor de sua tese de 1980 e da publicação anterior feita pelo Indiana University Linguistics Club, em 1981.)
- HOGG, R. & C.B. McCULLY. (1987) **Metrical Phonology: a coursebook**. Cambridge: Cambridge University Press.
- KIPARSKY, P. (1982) "From Cyclic Phonology to Lexical Phonology". in H. van der HULST & N. SMITH (eds.) **The structure of phonological representations (Part I)**. Dordrecht: Foris Publications.
- LEE, S.-H. (1992) "Fonologia Lexical do Português". **Cadernos de Estudos Linguísticos** (neste mesmo volume). Campinas: IEL/UNICAMP.
- LIBERMAN, M. & A. PRINCE. (1977) "On Stress and Linguistic Rhythm". **Linguistic Inquiry**. v. 8, n. 2, 249-336.
- MAIA, E.A. da M. (1981a) **Phonological and Lexical Processes in a Generative Grammar of Portuguese**. Tese de Doutorado inédita, Brown University.
- _____. (1981b) "Hierarquias de constituintes em fonologia". **Anais do V Encontro Nacional de Linguística**. PUC-Rio: 260-289.
- MASSINI, G. (1991) **A Duração no Estudo do Acento e do Ritmo do Português**. Campinas: UNICAMP. (Dissertação de Mestrado).
- _____. (1992) "A importância da qualidade vocálica no português para os estudos de 'parsing'. **Estudos Linguísticos XXI - Anais de Seminários do GEL**. Jaú: Fundação Educacional "Dr. Raul Bauab". vol. II, pp. 947-954.
- MASSINI-CAGLIARI, G. (1992) **Acento e Ritmo**. São Paulo: Contexto.
- MATEUS, M.H.M. (1975) **Aspectos da Fonologia Portuguesa**. 2ª edição: 1982. Lisboa: INIC.
- _____. (1983) "O acento de palavra em Português: uma nova proposta". **Separata do Boletim de Filologia**. Tomo XXVIII. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. pp. 211-229.
- TROUBETZKOY, N.S. (1939) **Principes de Phonologie**. Paris: Éditions Klincksieck, 1970.